

Acordo da dívida desagradou Bresser

Ministro confessa a empresários seu pouco otimismo com a negociação

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, almoçou ontem reservadamente com empresários brasileiros e canadenses, integrantes da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, na embaixada do Canadá, no Lago Sul, e fez pelo menos duas confissões à seleta plateia: declarou-se "pouco otimista" com o acordo provisório de reescalonamento da dívida e confirmou que a visita do secretário da Fazenda da Argentina, Mário Brodersohn, a Brasília, quarta-feira passada, foi para anunciar que seu país pretendia decretar a moratória dois dias depois.

Parte do discurso e dos debates de Bresser com os convidados foi ouvida pelos jornalistas na ante-sala do local do almoço. Ele alinhrou duas razões básicas para fundamentar seu pessimismo com o acordo provisório: ele não garante o acordo definitivo e a solução para o problema da dívida é, sobretudo, política, exigindo uma solução por parte dos governos do Brasil e dos Estados Unidos.

Afirmou que havia apenas duas saídas para os bancos, "desagradáveis", segundo ele, nas discussões que levaram ao acordo provisório. Ou emprestavam pouco mais de 10 bilhões de dólares para refinarçar os

juros deste ano, de 88 e 89, dinheiro que se desvalorizaria no dia seguinte, em função do deságio (desconto) dos títulos da dívida brasileira no mercado secundário, ou não davam dinheiro algum e, desta forma, o Brasil não disporia de recursos para pagar os juros. Optou-se, então, por adiar para dezembro a discussão do acordo definitivo, conforme o relato do ministro da Fazenda.

Bresser anunciou para amanhã um almoço, em São Paulo, com dirigentes de empresas multinacionais, para discutir a posição deles em torno da questão da dívida. Antecipou que lhes dirá serem sócios do Brasil e que o problema da dívida "não foi inventado por radicais do PMDB, nem do PT, nem do PCB" e, por isso, tem de ser resolvido.

Com sua franqueza habitual, reconheceu as dificuldades que tem, como ministro da Fazenda, para conter o déficit público e administrar programas de ajustamento relembrando o fato de Mário Henrique Simonsen ter abandonado o Governo, em 79, justamente porque enfrentou resistências para cortar os gastos governamentais.

SEGREDO DESVENDADO

A visita do secretário da

Fazenda da Argentina, quarta-feira, a Brasília, foi, afinal, desvendada pelo ministro no almoço da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Bresser contou que Mário Brodersohn, cuja vinda foi acertada num telefonema do presidente Raul Alfonsín ao presidente José Sarney, veio comunicar a disposição do seu governo em decretar a moratória na sexta-feira.

O quadro argentino era dramático na semana passada, contou o ministro. O país enfrentava um problema grave com o FMI, que negara um segundo pedido de *waiver* (perdão) por metas não-cumpridas no acordo com o Fundo e, com isso, a Argentina deixaria de receber 200 milhões de dólares do FMI, 500 milhões dos bancos credores e mais 500 milhões de dólares de um empréstimo-ponte.

Foi essa a razão da inesperada visita a Washington, no dia em que Brodersohn estava aqui, do presidente do Banco Central argentino, José Luiz Machiñes. Ele fora tentar obter um entendimento do Fundo com o governo para a concessão do *waiver* e conseguiu, porque a Argentina, de acordo com o relato de Brodersohn, estava pronta para decretar a moratória na sexta-feira, caso não houvesse o entendimento.

JULIO ALCANTARA



Bresser revelou também que a Argentina estava pronta a declarar moratória